

O corpo negro no trabalho de campo: notas de uma pesquisadora negra em Havana

*Antônia Gabriela Pereira de Araújo*¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo gera reflexões sobre noções de metodologia de pesquisa antropológica e à política de trabalho de campo, em particular num contexto em que as políticas de inclusão de negros e indígenas nas universidades revela tensões nos modos de produção do conhecimento. A discussão parte do entendimento de que campo na antropologia é um lugar físico e um espaço epistemológico de investigação moldado pelas histórias do imperialismo e do colonialismo. Nesse sentido, verso sobre as encruzilhadas vividas como pesquisadora negra lésbica na produção do conhecimento antropológico através do trabalho de campo enfatizando a urgência de um novo arranjo de normas teórica-metodológica na disciplina.

Palavras-chave: antropologia; epistemologia; políticas afirmativas; intelectuais negras; trabalho de campo.

¹ Graduou-se (bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2013), concluiu o mestrado (2015) em Sociologia e cursa o doutorado (2016) em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Integrante do Comitê de Antropólogas Negras da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

The black body in fieldwork notes from a black researcher in Havana

Abstract: This article generates reflections on notions of anthropological research methodology and fieldwork policy, particularly in a context where policies to include blacks and indigenous people in universities reveal tensions in the modes of knowledge production. The discussion starts from the understanding that the field in anthropology is a physical place and an epistemological space of investigation shaped by the histories of imperialism and colonialism. In this sense, a verse on the crossroads experienced as a black lesbian researcher in the production of anthropological knowledge through Field Work emphasizing the urgency of a new arrangement of theoretical-methodological norms in the discipline.

Keywords: anthropology; epistemology; affirmative politics; black intellectuals; fieldwork.

El cuerpo negro en el trabajo de campo: notas de una investigadora negra en La Habana

Resumen: Este artículo genera reflexiones sobre las nociones de metodología de investigación antropológica y política de trabajo de campo, particularmente en un contexto en el que las políticas de inclusión de negros e indígenas en las universidades revelan tensiones en los modos de producción de conocimientos. La discusión parte de la comprensión de que el campo de la antropología es un lugar físico y un espacio epistemológico de investigación conformado por las historias del imperialismo y el colonialismo. En este sentido, un verso en la encrucijada experimentada como investigadora de lesbianas negras en la producción de conocimiento antropológico a través del trabajo de campo enfatizando la urgencia de un nuevo arreglo de normas teórico-metodológicas en la disciplina.

Palabras clave: antropología; epistemología; política afirmativa; intelectuales negros; trabajo de campo.

Em 1980, um grupo de mulheres de ascendência afro-americana e caribenha se reuniram com a escritora Barbara Smith na criação da editora Kitchen Table Press (SMITH, 2014 [1989]). Essas mulheres, muitas das quais eram negras e lésbicas, publicaram nessa editora textos sobre suas pesquisas com e sobre mulheres negras, uma vez que essas discussões não entravam no rol dos temas das publicações das revistas de antropologia. A criação da Kitchen Table Press foi iniciada no intuito de construir um espaço em que se pudessem publicar os escritos e as pesquisas das mulheres negras acadêmicas, bem como as experiências dessas mulheres nesses espaços como pesquisadoras com corpos marcados por gênero, sexualidade e raça.

De acordo com Smith, elas escolheram o nome “mesa de cozinha” por duas razões: (1) porque viram a cozinha como “o centro da casa”, o lugar onde as mulheres em particular trabalham e comunicam entre si; e (2) elas queriam expressar o fato de que elas eram uma “operação de base” dirigida por mulheres que não podiam confiar em privilégios de raça, nem de classe, como herança familiar, para financiar suas pesquisas e suas produções acadêmicas (SMITH, 2014 [1989]: 11). Somente trinta anos depois da criação da editora Kitchen Table Press a Associação Americana de Antropologia (AAA) publica um estudo sobre o racismo na academia e os privilégios que foram mantidos na antropologia e na própria Associação, incluindo políticas de publicação dos departamentos e o currículo acadêmico do curso (SMEDLEY e HUTCHINSON, 2010). Esta publicação é resultado de um estudo encomendado pela AAA na tentativa de construir e desenvolver um plano abrangente para a Associação e para a Antropologia que “possa aumentar a diversidade étnica, racial, de gênero e de classe da disciplina e da Associação” (SMEDLEY e HUTCHINSON, 2010: 2).

Em novembro de 2017, ocorreu o I Seminário Novembro negro organizado por quinze alunas negres² que integram o coletivo Marlene Cunha do curso de Pós graduação em antropologia social do Museu Nacional que teve como uma das principais pautas o mesmo tema da publicação da AAA: racismo e academia. Particularmente, foram discutidas as questões pertinentes ao currículo do curso de antropologia e como esse currículo oblitera um caminho possível para a construção de um espaço acadêmico “mais inclusivo”. Trago esse texto como uma ponte para debates e reflexões produzidos nesse Seminário, reconhecendo a importância de discutirmos permanentemente esses e outros temas pertinentes à entrada de alunas negras e indígenas nas universidades públicas, em particular, quero debater aqui esse assunto no curso de Antropologia. Mas ao em vez de focar somente em termos restritos a estrutura curricular do curso de Antropologia, que não é menos importante no contexto atual de inserção de alunas, pesquisadores e professoras antropólogas negras nas universidades públicas brasileiras, pretendo trazer outro eixo de debate crucial para a discussão sobre os caminhos para in-

² A inclusão da vogal “e” é uma forma de inclusão de gênero na linguagem escrita e é usada para se referir à diversidade de gênero neste texto.

clusão e a permanência de alunes negres e indígenas como produtores de conhecimento na antropologia. Estou me referindo a temas relacionados à metodologia de pesquisa antropológica e à política de trabalho de campo³.

Com a entrada de alunes negres e indígenas nos cursos de Antropologia, essa área de conhecimento é chamada para encarar as tensões geradas pelo Trabalho de campo ou campo, partindo-se do entendimento de que essa noção de campo na antropologia é um lugar não somente físico, mas também é um espaço epistemológico de investigação moldado pelas histórias do imperialismo e do colonialismo dos Estados Unidos e da Europa. A presença e inclusão de pessoas negras e indígenas na academia e os consequentes debates provocados nas encruzilhadas desses corpos com os “Outros” corpos em espaços hegemonicamente heteropatriarcais e brancos acentuam uma discussão implicitamente presente na Antropologia. A discussão diz respeito a (1) presença de pessoas negras na academia como produtoras de perspectivas e conhecimentos e (2) os desafios enfrentados por essas acadêmicas, particularmente quero falar aqui das pesquisadoras negras, nessa produção do conhecimento antropológico através do trabalho de campo. Estudos como, por exemplo, de Alline T. D. Cruz (2014)⁴, Messias Basques (2019), de Glória Wekker (2006), Jacqui Alexander (2005), Andrea Queeley (2013) e Jessica C. Harris (2017), bem como o próprio relatório “Racism in the Academy: the new millennium” (SMEDLEY e HUTCHINSON, 2010) da Associação Americana de Antropologia (AAA) trazem discussões que atravessam esses temas em seus estudos.

Como estudante e pesquisadora negra, percebi, desde a pesquisa de campo que realizei na graduação de 2010 a 2015 junto aos pescadores artesanais do Nordeste do Brasil, que estabelecer e construir o trabalho de campo exigiria uma intimidade concomitante com a precariedade corporal das formas racializadas e sexualizadas do meu corpo. Para ilustrar o meu apontamento é necessário trazer algumas notas do meu diário de campo da pesquisa exploratória de doutorado realizada no período de junho e julho de 2017 em Havana (para não remexer em notas do trabalho de campo da graduação). Com esse texto quero provocar uma reflexão crítica sobre a ideia de que só competiria a cada pesquisador dar conta ou não da realização do seu campo. Parto da ideia de que essa noção de trabalho de campo obscurece as hierarquias e desigualdades raciais e de gênero que são constitutivas e interligadas ao “fazer antropológico”.

O corpo racializado e sexualizado em “jogo” no trabalho de campo

Em junho de 2017 realizei meu primeiro trabalho de campo do doutorado em Havana por determinação de minhas inquietudes a respeito da participação de afro-cubanas no boxe em Havana e como esses corpos eram produzidos e (re) fabricados. Além disso, tinha anseios de outras ordens, como o desejo de conhecer Cuba e vi a possibilidade de realizar minha pesquisa de doutorado nesse país como oportunidade que poderia ser construída para esse anseio. Construí a oportunidade por via de financiamentos do programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) e por esforços mútuos de familiares e amigos, pois a minha ida a campo requeria não somente recursos financeiros, como também “recursos

³ O trabalho de campo é o procedimento básico da Antropologia, visto como a experiência básica constitutiva, não só para o conhecimento antropológico, mas também para os próprios antropólogos. Ver Geertz, 1997.

⁴ A introdução da tese de Alline Cruz intitulada “Sobre dons, pessoas, espíritos e suas moradas” traz algumas narrativas de encontros com seus interlocutores que são atravessados por imagens de um Brasil hipersexualizado, em que gênero, sexualidade, raça e nacionalidade aparecem como marcas nos corpos das antropólogas em campo.

afetivos” para os devidos cuidados com minha filha de cinco anos, que na ocasião não poderia ir ao campo comigo.

Cheguei em Havana e realizei as conexões necessárias para chegar até a academia de boxe Rafael Tejo, pois sabia que ali poderia encontrar mulheres treinando boxe e, assim, podia ir tecendo um diálogo como imaginava das leituras que havia feito sobre trabalho de campo e metodologia realizada na disciplina de Teoria Antropológica. Depois de estabelecida a conexão com minhas primeiras interlocutoras, a dona da casa em que me hospedei e uma das boxeadoras que estava fora de Havana, mas que me forneceu o endereço e contato dos treinadores de boxe, segui para o Ginásio. Naquele dia, quando cheguei ao ginásio de boxe somente encontrei homens treinando. Quando me dirigi a um dos treinadores e me apresentei como pesquisadora brasileira que estava interessada em poder conversar com boxeadoras ele me informou que as mulheres treinavam eventualmente, pois raramente podiam ir à academia. Perguntou como havia chegado até ali e indiquei que havia conversado com uma das boxeadoras virtualmente e que ela havia me indicado ir ao local e encontrar algumas boxeadoras. Então ele me apresentou aos boxeadores como amiga dessa boxeadora, que é negra e lésbica. O treinador não me apresentou como pesquisadora, apesar de ter sido a primeira informação que dei para ele. Naquele dia perguntei se poderia observar o treino, o treinador disse que sim e sentei num local reservado para ficar somente observando o treino. Um dos rapazes me pergunta se iria fazer boxe, e respondo com simpatia: “Não, não tenho tantas habilidades com esportes!” Aproveito para indicar que estou fazendo uma investigação sobre boxe praticado por mulheres para poder concluir os meus estudos no Brasil. Depois daquele dia continuei indo ao ginásio na espera de poder encontrar e conversar com as boxeadoras. Depois de algumas idas consegui marcar uma conversa com três boxeadoras que frequentavam a academia de boxe e continuei indo ao ginásio, mesmo que a possibilidade de encontrá-las naquele local fosse esporádica. Mas, sempre apareciam uma ou duas boxeadoras por semana e nesses dias saía do ginásio conversando e acompanhada de uma delas.

A espera do meu interesse pelas perspectivas dos homens boxeadores sobre o boxe e no boxe foi constantemente expresso por eles e pelos treinadores. Era meu interesse, também, conversar com eles, e assim realizei algumas conversas informais com aqueles boxeadores. Mas senti-me inquirida a entrevistá-los de modo incisivo, o que não ocorreu com as mulheres boxeadoras. Eles me perguntaram: “Não vai querer entrevistar a gente?”, “Não vai nos entrevistar?”, “A gente pode falar com você sobre boxe!” Essa situação, bem como a própria forma com que as conversas se desenrolavam com eles reproduzem a hierarquia do “homem que conhece tudo”, que ensina a mulher que ainda tem muito a aprender e cujo papel é ouvir. Era como se eles tivessem o “conhecimento verdadeiro” sobre o boxe. Algumas vezes que estive conversando com as boxeadoras alguns homens boxeadores interrompiam a fala delas e eu me colocava “num lugar de ouvinte e passiva dessas vozes”. Era como se houvesse, como pesquisadora mulher uma suposição de passividade de gênero no ato de ouvir esses interlocutores homens no campo. O treinador pediu para que eu entrevistasse os boxeadores, enquanto as boxeadoras não vinham ao ginásio. Realizei conversas e entrevistas com todos os boxeadores. Mas em umas dessas conversas, o interlocutor perguntou se eu podia sair com ele para jantar. Ele sabia que eu “era casada”, pois, inclusive, viu que eu estava usando uma aliança em uma das mãos indicando comprometimento. O fato é que o uso dessa aliança havia sido uma das ferramentas necessárias que

usava para “sobreviver” no campo de pesquisa desde a minha experiência de pesquisa de campo na graduação. Era o modo que havia encontrado para evitar alguns constrangimentos⁵. No entanto, aquele interlocutor não se mostrou preocupado com a pseudoaliança e a representação de comprometimento que ela trazia e continuou se insinuando para mim, afirmando: “Sei que é casada, mas pode ainda assim sair comigo?” Eu respondi de modo direto e insistente: “Não. Eu estou aqui para realização de minha pesquisa e inclusive meu companheiro também está aqui em Havana”. Ele não demonstrou preocupação com a informação e continuou: “Mas ele não está sempre com você?” Percebi que a estratégia que sempre havia usado no meu campo da graduação – o uso de uma pseudoaliança de comprometimento – não estava tendo a função que eu esperava. Naquele mesmo dia, após as constantes insistências dele para sair comigo assumi minha sexualidade. Disse: “Não quero, pois sou lésbica”. Imaginei naquele momento que somente essa afirmação poderia fazer com que ele deixasse de me importunar e eu poderia continuar seguindo na realização do trabalho de campo no ginásio. Em seguida, continuo a dizer: “Não posso e não quero, pois me relaciono com mulheres e não com homens”. Ele fez um gesto de surpresa e disse: “Não tem problema...” Fez-se um silêncio e um vácuo na continuação de sua resposta. Então pedi desculpas e me retirei do local.

Depois daquele dia, continuei frequentando o ginásio. O instrutor e os alunos me olhavam de modo estranho e pensei que a revelação de minha identidade lésbica, ao em vez de pôr fim a um problema, havia criado outro. Essa situação me gerou anseios e medos de outras ordens, pois esses homens podiam estar me olhando agora como alguém que não “merece respeito” ou como uma pesquisadora menos respeitável ou ainda como alguém que precisa ter a “sexualidade corrigida”. Passei alguns dias sem ir ao ginásio. Conversei com as boxeadoras em suas residências e fiz encontros em outros locais com elas, mas passei três dias para me aproximar do ginásio de boxe. As boxeadoras sabiam da minha sexualidade lésbica e me senti confortável ao lado delas e longe dos olhares constrangedores dos boxeadores. Mas sabia que devia retornar ao ginásio e continuar frequentando o campo para continuar o trabalho de pesquisa.

Outro episódio que mostra as especificidades do corpo com gênero, raça e sexualidade como “marcas” que delimitam o campo foi a situação em que uma das boxeadoras pediu para que eu ficasse com sua filha enquanto ela treinava no ginásio de boxe. Esse evento em si se deve ao fato da existência de um território em comum entre as pessoas envolvidas, pois no tempo que passei longe do ginásio, frequentei sua casa e construímos uma relação amigável em que compartilhamos as experiências e dificuldades de ser mãe e mulher negra. Mas, o fato é que esse evento desencadeou outra situação constrangedora, que irei descrever. No dia seguinte, após ter tomado conta da filha dessa boxeadora na academia de boxe, um boxeador levou sua filha e pediu para que eu a olhasse enquanto ele treinava. Talvez eles estivessem tentando encontrar uma boa “ocupação” para mim, já que eu estava ali sentada somente observando seus treinos. O que podemos imaginar dessa situação? Se fosse um pesquisador branco, será que isso aconteceria? Se fosse uma pesquisadora branca? Isso aconteceria? Qual a probabilidade dessas situações acontecerem com pesquisadores homens, brancos e heterossexuais?

⁵ Durante meu campo na graduação usei uma aliança de casamento para evitar assédios por parte dos homens que frequentavam a zona marítima pesqueira. Apesar de não ter sofrido assédios de meus interlocutores os outros homens que não me conheciam pois não havia construído relação de pesquisa com eles se sentiam livres para “paqueras” ou “cantadas.”

Outro dia, estava em Vedado, bairro vizinho a Havana, acompanhando quatro transformistas⁶ negras masculinas que realizavam shows em festas e restaurantes cubanos. Havia conhecido essas mulheres por meio da dona da casa em que estava hospedada. Eram artistas musicais da cena *queer* de Havana e amigas do grupo de rap *Las Crudas*, formado por duas mulheres lésbicas, com quem estabeleci os meus primeiros contatos para ir ao trabalho de campo em Havana. Naquela noite, saindo de um dos shows do Quarteto Havana, nome do grupo formado por mulheres transformistas negras masculinas, fomos seguidas por dois homens desde o local do show até um restaurante em que sentamos para jantar. Fiquei assustada ao ver os rostos daqueles dois homens nos espiando por cima do muro do restaurante. Expressei gestualmente meu desconforto e elas disseram que eles eram somente homens curiosos, mas que não iam fazer nada com a gente, uma das integrantes do grupo expressou: “essas coisas de assassinato de lésbicas não acontecem em Cuba, você tá assustada por que tem muito no Brasil?” Respondi “Sim”. E ela continuou tentando me convencer de que eles eram dois curiosos que queriam apenas conhecê-las.

Além desses casos, ouvi algumas vezes das minhas interlocutoras do campo, após o primeiro contato, a seguinte expressão: “Mas essa é a pesquisadora?” Essa frase vinha sempre seguida de olhares de surpresa sobre meu corpo negro. Meu corpo não carregava a imagem que as pessoas do meu campo tinham do que era uma pesquisadora: uma mulher branca. A imagem que meu corpo transportava não era a mesma que compunha o imaginário dos meus interlocutores sobre o que deveria ser uma pesquisadora. No mais das vezes, minhas informantes duvidavam de que eu realmente fosse pesquisadora e estudante de doutorado. Primeiro, porque ver pessoas negras em Cuba que não fossem “nativas” e como turistas é algo pouco comum, depois, porque uma pesquisadora negra é um fato também raro.

Meu corpo-mulher e de fato a cor da minha pele me fizeram suspeitar de mim mesma. Suspeitei que fosse a culpada das situações que vivi e que por isso deveria tentar contornar aquelas situações, principalmente a do assédio do boxeador ao meu corpo. Justamente porque o pressuposto existente em torno do trabalho de campo sublinha a ideia de que você coloque seu corpo em um lugar onde a violência pode ser promulgada sobre você, assumindo assim a responsabilidade pela possível violência que incorre. Por um lado, algumas situações vividas em campo, como por exemplo a que cuidei da filha de uma das minhas interlocutoras, foram reflexos da relação de confiança com minhas algumas boxeadoras. Por outro lado, essas situações podem revelar algo mais complexo sobre uma condição imposta a nós, como mulheres pesquisadoras temos que ocupar funções ditas femininas, ainda mais ao entrarmos em espaços ainda percebidos como pertencentes às competências dos homens, tanto o espaço da científica quanto o espaço esportivo.

Num contexto de violência estatal racial e racializada e de retórica heteropatriarcal branca de Cuba, estava percebendo que as “formas” do meu corpo estavam constituindo, informando e moldando a metodologia do meu campo. Nesse sentido, para circular e construir o meu campo comecei a adotar uma performance “masculinizada” na intenção de amenizar a hipersexualização do meu corpo no ginásio de boxe. Sabia que minhas vestes mais formais e um comportamento de “mulher educada”, que havia adotado nos primeiros dias, não haviam

⁶ Aqui o termo se refere a autodenominação dado por elas mesmas ao se nomearem em público. As quatro mulheres formam o grupo musical denominado Quarteto Havana que se apresenta performando cantores de Havana em espetáculos musicais que acontecem em boates do bairro denominado Vedado. Por isso mantenho o termo transformistas como respeito a forma como o grupo se autodenomina.

me poupado dos constrangimentos de ter um corpo supervisibilizado com doses de racismo sexual.

A performance de gênero masculinizada foi a segunda estratégica que testei para percorrer os espaços ditos pertencer aos homens – aqui leia-se o espaço do boxe, mas também o “espaço da ciência antropológica que desbrava a natureza/campo”, entretanto essa performance me colocava dentro de outro rol de constrangimento, qual seja ele: de ser vista como lésbica – o termo usado por cubanos de forma pejorativa é o termo *tortillera*. As possibilidades e estratégias de fazer trabalho de campo com meu corpo negro e de mulher lésbica no boxe pareciam reduzir minha agência, ainda assim preferi adotar uma performance *tortillera*, isto é, comecei a performar com indumentárias uma sexualidade lésbica. Vestia roupas mais longas e frouxas, adotei posturas e gestos mais masculinizados, para que meu corpo com sua “feminilidade ameaçadora” não ficasse hipervisível. Mas quando vi que ainda assim estava vulnerável aos possíveis episódios de constrangimentos e violências de gênero e sexuais, como o de ser seguida por homens por estar acompanhada de mulheres lésbicas ou por ter uma performance masculinizada, tomei consciência sobre meu corpo no campo. Ele é negro e possui um gênero que por muitas ocasiões no campo foi hipersexualizado. Paradoxalmente, enquanto eu tentava construir habilidades estratégicas para navegar num ambiente masculinizado que eu tentava driblar as normas patriarcais entranhadas nele, acabei reproduzindo normas de gênero como, por exemplo, ora assumindo o papel de cuidadora das crianças, ora assumindo posturas mais “masculinizadas” para me afastar das funções ditas femininas e dos assédios.

Em última análise, pude ter consciência de que as relações patriarcais e as relações de poder dentro do campo em que estava trabalhando operaram em meu corpo de forma disciplinar. Além disso, os ensinamentos e práticas que fui ensinada através das leituras de métodos antropológicos abordavam a noção de envolvimento no trabalho de campo de forma neutra para o gênero e para raça. Essas leituras me ensinaram que o pesquisador é um sujeito masculino livre e com privilégio racial, a quem o campo significa um espaço longe de casa em que ele pode facilmente entrar e sair.

Como antropóloga, sei que o envolvimento que construo em campo através do relacionamento é um dos pilares cruciais no processo de pesquisa de campo na Antropologia, mas também pude perceber que é uma das vulnerabilidades mais profundas que carrego como mulher negra. Dito isso, o relacionamento/intimidade que construí como pesquisadora negra com o campo se baseou em um esforço contínuo de driblar o meu privilégio relativo e ambíguo como pesquisadora e a minha vulnerabilidade como mulher e negra, já que, de um lado, havia o esforço pelo reconhecimento como pesquisadora e do outro lado precisava construir a ideia de uma pesquisadora capaz de produzir conhecimentos válidos para as realidades sociais que estudava. Além disso, meu privilégio relativo e ambíguo como pesquisadora afiliada a uma universidade pública do Brasil e minhas identidades como mulher, negra advinda de família pobre do nordeste do Brasil, mãe solteira e lésbica, tornavam minha identidade bastante contraditória para ser plenamente confiada pelos meus interlocutores. Segunda a antropóloga Queeley (2013), para as mulheres negras, ter capital social é uma responsabilidade perigosa⁷. E em Cuba, historicamente, a mobilidade social das mulheres negras, ao contrário de mitigar, acentua a reação branca. Nesse sentido, entendi que era o

⁷ Sobre o tema a historiadora brasileira Beatriz Nascimento escreve sobre ascensão social e financeira e os dilemas no amor para as mulheres negras no seu texto “A Mulher Negra e o amor” presente no livro *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, organizado por Alex Ratts no ano de 2006.

meu status como pesquisadora estrangeira num corpo negro que estava “fora de ordem” em Cuba.

Finalmente, este artigo enfatizou como a violência racializada e sexualizada, ou seja, o racismo sexual, é encontrada no campo quando os corpos que realizam a pesquisa são de mulheres negras. O argumento de que nosso privilégio relativo como acadêmica mitiga a violência do racismo sexual que encontramos no campo não é verdadeiro quando esse corpo é racializado e sexualizado. Dito isso, é imprescindível nesse momento de ampliação do quadro de alunas negras e de pesquisadoras negras na academia uma reflexão sobre o discurso da neutralidade racial, de gênero e sexual no trabalho de campo, bem como é oportuno desfazer a performance de neutralidade de gênero e raça nas representações de nossas experiências de trabalho de campo⁸, já que as intervenções feministas que desmentiram o valor dominante atribuído à “objetividade” desde a mudança pós-estruturalista não foram suficientes para cessar as experiências de violência do racismo sexual contra os corpos negros no trabalho de campo. Esses são temas que precisam ser debatidos nos centros acadêmicos e nos departamentos de antropologia.

O boxeador que me assediou teria feito isso se eu fosse uma mulher branca? E as demais situações narradas nesse texto teriam acontecido se eu não fosse mulher, negra e lésbica? A incerteza em relação a essas especulações me fez questionar meus privilégios e confrontá-los com minhas vulnerabilidades, percebendo que a pesquisa que eu estava engajada no campo ao mesmo tempo que tem relação direta com as temáticas sobre as experiências de racialização e estereotipização de corpos negros de boxeadoras estava paradoxalmente me sujeitando a essas experiências que estão entranhadas de violência de ordem patriarcal, sexista e racista. Quanto mais eu tentava decifrar essas situações, mais eu comecei a reviver experiências anteriores de campo com poder masculino sobre o meu corpo, desde a pesquisa que realizei na graduação num ambiente também masculinizado, até as atuais experiências de campo em Havana. As complexidades de fazer antropologia por meio do meu corpo, racializado e hipersexualizado historicamente, tendem a ser apagadas nos debates acalorados sobre metodologia de pesquisa e a política do trabalho de campo. E aí está um paradoxo, pois enquanto há linhas de pesquisa na antropologia que visam investigar os processos e as experiências de racialização e generificação de corpos, o meu corpo vivia essas experiências no trabalho de campo. E foi por ter um corpo racialmente marcado como mulher que moldei meu projeto de pesquisa e as linhas de pesquisa que busco durante o trabalho de campo e a minha escrita. Como podemos entender os efeitos incorporados do racismo e do sexismo em outros corpos racializados em contextos pós-coloniais? Em que medida os contextos racializados invadem os corpos moldando subjetividades e intersubjetividades? Fui para o Campo com essas inquietações e, particularmente, para entender os processos de produção dos corpos das boxeadoras habaneras em contextos de estereotipização racializadas, e acabei me defrontando com algumas experiências de racialização e estereotipização no meu próprio corpo.

No fim dessa estada no campo, tive uma certeza: as situações enfrentadas no campo por mim, certamente não teriam sido experimentadas por um corpo de pesquisador branco. Quais os desafios particulares que os corpos não-masculi-

⁸ Há estudiosos que escreveram sobre o gênero nas dimensões da pesquisa de campo (ver CAPLAN e KARIM, 1993; KULLICK, 1995), mas essas pesquisadoras se esqueceram da análise racial.

nos, não-brancos, não-hétero e não-cispares enfrentam para serem pesquisadores e realizarem trabalho de campo? Minhas formas de socialização como pesquisadora negra se tornaram limitadas em contextos onde o patriarcado e a racialização dos corpos estão profundamente enraizados. No entanto, como mulher e negra silencieei por algum tempo minhas experiências incorporadas no trabalho de campo. E isso se deve, em parte, (1) à persistência do poder patriarcal que acompanha a antropologia, (2) às noções de meritocracia que afetam a disciplina como um todo e, (3) o caráter positivista e objetivo da antropologia que afastam questões de raça, gênero e classe do processo de pesquisa afirmando uma postura “neutra” que replica formas coloniais de produção de conhecimento.

Como antropóloga, mantenho-me politicamente responsável diante dos meus interlocutores, adotando métodos e políticas de pesquisa de campo e sei que devo me preocupar com a produção de conhecimento que salvasse os direitos e a dignidade dos meus interlocutores, ao mesmo tempo não posso silenciar ou esquecer o meu estado físico, emocional e subjetivo no trabalho de campo, justamente por não poder me desfazer da minha própria realidade incorporada como mulher e negra. Ao expressar minhas experiências no trabalho de campo, destaco como a política da pesquisa de campo reproduz o legado de hegemonia do poder heteropatriarcal branco da antropologia. E partindo desse ponto acredito que é preciso refletir sobre como essas metodologias clássicas de pesquisa antropológica podem ser cúmplices com as lógicas dominantes heteropatriarcais brancas, incluindo noções de trabalho de campo como um rito de passagem individual e masculinista. Em última análise, imagino que permitir uma visualização do (meu) campo “pelos brechas” seja um passo necessário para refletirmos sobre a necessidade do currículo da disciplina de antropologia incluir discussões sobre a ideia de neutralidade de gênero e raça no trabalho de campo.

Recebido em 14 de outubro de 2019.
Aceito em 8 de janeiro de 2020.

Referências

- ALEXANDER, M. Jacqui. *Pedagogies of Crossing: Meditations on Feminism, Sexual Politics, Memory, and the Sacred*. Durham/London: Duke University Press, 2005.
- ASAD, Talal. Introdução a Anthropology & the Colonial Encounter. *Ilha*, 19 (2): 314-327, 2017.
- ANZALDÚA, Gloria. *Light in the Dark/Luz en lo Oscuro: Rewriting Identity, Spirituality, Reality*. Ed. Analouise Keating: Duke University Press, 2015.
- BASQUES, Messias. Tradução Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais (Texto de apresentação). *Ayé: Revista de Antropologia*, 1 (1): 102- 111, 2019.
- CAPLAN, Pat; BELL, Diane; KARIM, Wazir Jahan. *Gendered fields: women, men, and ethnography*. New York: Routledge, 1993.

CRUZ, Alline Torres Dias da. *Sobre dons, pessoas, espíritos e suas moradas*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

DOMINGUEZ, Virgínia. "Evidence and Power, Sweet and Sour". In: PALMIE, Stephan; KHAN, Aisha; BACA, George (eds.). *Empirical Futures: Critical Engagements with the Work of Sidney W. Mintz*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HARRIS, Jessica C. Multiracial Women Students and Racial Stereotypes on the College Campus. *Journal of College Student Development*, 58 (4), 2017.

HARRISON, Faye V. *Decolonizing Anthropology: Moving Further Toward an Anthropology for Liberation*. Washington, DC: American Anthropological Association, 1991.

KULICK, Don; WILLSON, Margaret. *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London; New York: Routledge, 1995.

MOSER, Stephanie. On Disciplinary Culture: Archeology as Fieldwork and Its Gendered Associations. *Journal of Archeological Method and Theory*, 14 (3): 235-263, 2007.

NAVARRO, Tami; WILLIAMS, Bianca e AHMAD, Attiya. Sitting at the Kitchen Table: Fieldnotes from Women of Color in the Anthropology. *Cultural Anthropology*, 28 (3): 443-463, 2013.

QUEELEY, Andrea. "The Uppity Negro: A Peculiar Challenge for Anti-racist Mobilization in Cuba", paper given at *Association for the Study of the Worldwide African Diaspora (ASWAD)*. Conference, November 2, 2013.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Ed. Kuanza. 2006.

SMEDLEY, Audrey; HUTCHINSON, Janis Faye. *Racism in the Academy: the new millennium*. American Anthropological Association, 2010.

SMITH, Barbara. A Press of Our Own Kitchen Table: Women of Color Press. *Frontier: A Journal of Women Studies*, 10 (3): 11-13, 2014 [1989].

WEKKER, Glória. *The Politics of Passion: Women's Sexual Culture in the Afro-Surinamese Diaspora*. New York: Columbia University Press, 2006.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

*A Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste
recebe o ano inteiro, em*

**FLUXO CONTÍNUO,
artigos livres,
resenhas,
ensaios fotográficos,
dossiês (propostas).**

*Interessados na submissão de trabalhos e
também em atuar como*

pareceristas

podem realizar seus cadastros em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso